



MOVIMENTO DE MORADIA CENTRAL REGIONAL.

Este programa habitacional segue princípios alinhados à política de Movimento Central Regional (MMCR), refletindo as experiências vividas nas ocupações e as necessidades das comunidades que delas participam. As políticas públicas que fundamentam essa proposta são fortemente baseadas na vivência prática das populações em situação de vulnerabilidade, que enfrentam os desafios de uma cidade com alto índice de exclusão social e déficit habitacional.

A implementação do programa busca respeitar e fortalecer as mobilizações populares e a organização comunitária, que sempre foram essenciais para a conquista de direitos habitacionais e para a promoção de uma gestão pública mais inclusiva e participativa. O MMCR, com sua vasta experiência no campo da luta por moradia, serve como um dos mediadores principais do processo, garantindo que as ações propostas sejam adaptadas às realidades locais e, ao mesmo tempo, alinhadas aos direitos básicos das populações mais marginalizadas.

A experiência adquirida ao longo dos anos em ocupações urbanas e na luta por políticas públicas efetivas serve como alicerce para o desenvolvimento de soluções habitacionais que atendam, de maneira sustentável, as necessidades de moradia digna e infraestrutura, com especial atenção à inclusão social e à justiça territorial.

Portanto, o programa habitacional proposto não apenas visa ampliar a oferta de moradia, mas também integra as lições e desafios vividos pelas ocupações, criando uma abordagem adaptada às necessidades da população, respeitando suas demandas e promovendo uma gestão democrática, transparente e eficiente. O MMCR, como parceiro estratégico, é essencial para a construção e execução de soluções habitacionais que efetivamente atendam às expectativas e à realidade da população paulista.

1. Definição dos Objetivos do Programa:

O primeiro passo para a criação do programa habitacional é a definição clara dos objetivos principais. O programa deve abordar a regularização fundiária, a ampliação da oferta de moradia digna, e a integração das políticas habitacionais com os programas sociais e de infraestrutura urbana. A ênfase deve ser em ações de



MOVIMENTO DE MORADIA CENTRAL REGIONAL.

urbanização de áreas informais, como a regularização de ocupações e a promoção de moradia acessível.

Objetivos principais:

Garantir o direito à moradia digna para a população de baixa renda.

Reforçar a ação do município para a urbanização e regularização de áreas informais, oferecendo segurança jurídica aos moradores.

Ampliar a oferta de moradias, com a reutilização de prédios desocupados e a adaptação de imóveis públicos desativados para fins habitacionais.

Integrar as políticas habitacionais com ações de saúde, educação, segurança e transporte público.

Referência: Dados sobre déficit habitacional e áreas de interesse podem ser acessados no site da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo.

2. Estabelecimento de Metas e Indicadores:

Com base nos objetivos estabelecidos, é essencial criar metas claras e mensuráveis para o programa habitacional. Essas metas precisam ser tangíveis e refletir os resultados desejados, permitindo a avaliação do progresso ao longo do tempo.

Metas:

Meta 1: Regularizar 1.000 unidades habitacionais por ano.

Indicador: Número de títulos de posse emitidos.



MOVIMENTO DE MORADIA CENTRAL REGIONAL.

Meta 2: Aproveitar imóveis públicos desativados para a construção de novas unidades habitacionais.

Indicador: Quantidade de imóveis públicos desativados reutilizados para moradia.

Meta 3: Promover a gestão participativa e a inclusão da população nas decisões sobre o planejamento urbano.

Indicador: Número de fóruns comunitários e audiências públicas realizadas.

Meta 4: Incentivar o uso de tecnologias sustentáveis na construção de moradias, garantindo a eficiência energética e a sustentabilidade ambiental.

Indicador: Percentual de unidades habitacionais construídas com tecnologias sustentáveis.

Investimentos e recursos financeiros:

O valor estimado para execução do programa habitacional gira em torno de R\$ 1,5 bilhão anualmente, considerando a implementação das metas de regularização fundiária e a reutilização de imóveis desativados.

Fonte de financiamento: Os recursos para execução do Programa de Metas podem ser obtidos por meio de parcerias público-privadas, do orçamento municipal e de recursos federais e estaduais, além de fundos internacionais voltados para o desenvolvimento sustentável.

3. Integração com Outras Ações Governamentais:



MOVIMENTO DE MORADIA CENTRAL REGIONAL.

É fundamental que o programa habitacional esteja alinhado com outras políticas públicas, como a de mobilidade urbana, saúde e educação. O planejamento habitacional deve considerar a distribuição geográfica da população, promovendo o deslocamento de trabalhadores e cidadãos para regiões centrais ou próximas aos seus locais de trabalho, de modo a evitar superlotação e aglomerações no transporte público.

Integração com a mobilidade urbana:

Meta 5: Desenvolver projetos de habitação em áreas próximas ao centro de São Paulo, em zonas bem conectadas a transportes públicos (metrô, ônibus).

Ação: Identificar imóveis desocupados e áreas subutilizadas nas regiões centrais para transformação em moradias acessíveis.

Indicador: Número de projetos habitacionais em áreas centrais.

Para isso, a Prefeitura utilizará o Plano Diretor Estratégico de São Paulo e o Plano de Mobilidade Urbana como base para alavancar esses projetos. Para mais informações sobre a mobilidade em São Paulo, consulte o Plano de Mobilidade.

4. Participação Popular:

A participação ativa da população no processo de elaboração e execução do programa habitacional é crucial para garantir que as políticas atendam às necessidades reais das comunidades. O programa deve ser construído de forma participativa, ouvindo as demandas das pessoas que serão impactadas diretamente.

Ações para promover a participação popular:

Plataforma online: Criar uma plataforma digital para coleta de contribuições e sugestões da população, garantindo que todos tenham acesso às informações e possam se manifestar sobre o planejamento urbano e as metas habitacionais.



MOVIMENTO DE MORADIA CENTRAL REGIONAL.

Fóruns comunitários: Organizar audiências públicas e fóruns comunitários nos bairros afetados, permitindo um espaço de diálogo entre os cidadãos, as autoridades locais e os movimentos sociais, como o MMCR (Movimento de Moradia da Capital de São Paulo).

Consultas e audiências públicas: Agendar sessões regulares de consulta pública, onde a população poderá sugerir revisões no plano habitacional, discutir propostas e apresentar novas ideias.

Plataforma "Participe+" para sugestões: Durante a consulta pública, cidadãos podem acessar a plataforma Participe+ para sugerir propostas, que, se alcançarem 20 apoios ou mais, serão analisadas e consideradas nas versões finais do Programa de Metas 2025-2028, PPA 2026-2029 e PAS.

5. Implementação e Monitoramento:

A fase de implementação deve ser acompanhada por um planejamento detalhado que inclua as etapas, prazos e responsáveis por cada ação. A execução de cada meta deve ser monitorada de perto para garantir que os objetivos sejam atingidos.

Ações de implementação:

Plano de ação detalhado: Desenvolver um cronograma com prazos, metas e responsáveis pela execução das ações. A cada etapa, os progressos devem ser verificados para garantir o cumprimento das metas.

Monitoramento contínuo: Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo do progresso do programa, com relatórios periódicos sobre as metas alcançadas, os recursos financeiros utilizados e os ajustes necessários.

6. Divulgação e Prestação de Contas:



MOVIMENTO DE MORADIA CENTRAL REGIONAL.

É essencial que o progresso do programa habitacional seja divulgado de forma transparente para a população. A prestação de contas deve ocorrer de forma regular, para que todos os cidadãos possam acompanhar as ações do governo.

Ações de divulgação:

Relatórios públicos: Publicar relatórios periódicos sobre a execução do programa, incluindo os resultados alcançados e as dificuldades encontradas. Estes relatórios devem ser acessíveis à população e divulgados em sites e outras plataformas digitais.

Audiências públicas de devolutiva: Realizar audiências públicas de devolutiva, onde os cidadãos possam acompanhar os resultados do programa e dar feedback sobre as ações realizadas.

7. Avaliação e Ajustes:

Após a implementação de cada meta, é fundamental realizar uma avaliação detalhada dos resultados obtidos. Com base nessa avaliação, será possível fazer ajustes nas estratégias e nas metas do programa, para garantir sua eficácia ao longo do tempo.

Ações de avaliação:

Análise de impacto: Realizar uma análise de impacto para avaliar o efeito das ações habitacionais sobre a qualidade de vida dos moradores e sobre a cidade como um todo.

Ajustes no programa: Ajustar as metas e as ações com base nos resultados da avaliação, garantindo que o programa continue relevante e eficaz.